



## **Pobreza, capital humano, capital social e familiar**

### **Poverty, human capital, social capital and family capital**

**Giancarlo Petrini**

Universidade Católica do Salvador  
Brasil

**Ricardo Fonseca**

Universidade Federal da Bahia  
Brasil

**Wladimir Porreca**

Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho  
Brasil

#### **Resumo**

O presente estudo investiga a pobreza partindo de uma análise dos recursos que os pobres dispõem em sua realidade, analisando os temas do capital humano, social e familiar, procurando estabelecer conexões e elucidar fatores da realidade pouco considerados em estudos e projetos de combate à pobreza e à exclusão social. O presente artigo, em seu conjunto, procura compreender porque, em condições semelhantes de pobreza, algumas pessoas conseguem elaborar um projeto de vida enquanto outras se estabilizam em estratégias de sobrevivência. Para avançar na luta contra a pobreza, revelou-se indispensável a convergência entre fatores pessoais, familiares, micro-sociais e políticas públicas de valorização e fortalecimento dos agentes de desenvolvimento presentes no território.

**Palavras-chave:** pobreza; capital humano; capital social; capital familiar.

#### **Abstract**

This study investigates poverty starting from an analysis of the resources that poor people have in their reality, analyzing the issues of human capital, social and family capital, trying to establish connections and elucidate factors rarely considered in studies and projects to combat poverty and social exclusion. The article as a whole, seeks to understand why, under similar conditions of poverty, some people can develop a life plan while others are stabilized in survival strategies. To advance in the fight against poverty, it proved essential the convergence between personal, family, micro-social factors and public policies of recovery and strengthening of development agents in the area.

**Keywords:** poverty; human capital; social capital; family capital.

#### **1. Introdução**

O presente artigo é resultado parcial de um estudo (1) teórico a respeito da pobreza. Para tanto, partimos de uma análise que privilegia os recursos de que os pobres dispõem e nos quais podem contar para superar as condições adversas de sua existência, em busca de inclusão social, já que suas carências foram amplamente descritas e discutidas na literatura especializada. Dessa maneira, procura-se passar ao largo de posições que atribuem aos indivíduos e a seus esforços toda a responsabilidade do combate à pobreza. Interessa, também, ir além das posições que consideram irrelevantes as ações dos indivíduos e atribuem a redução da pobreza exclusivamente ao incremento de investimentos produtivos promovidos por conjunturas favoráveis do mercado financeiro global e a adequadas medidas de política econômica. Faz-se necessário considerar



simultaneamente fatores individuais e fatores sociais, políticos e econômicos, que favoreçam o combate à pobreza.

Economia, sociologia e serviço social convergem para o presente estudo, que se move no horizonte da interdisciplinaridade, para integrar os aportes e superar os limites próprios de cada disciplina. Tendo em vista o objetivo proposto, procurou-se elaborar um conjunto de categorias de análise que permita elucidar os recursos disponíveis numa comunidade situada na periferia da grande cidade, composta de moradores pobres, já utilizada em diversas publicações (Cf. Petrini, 2009).

O presente texto limita-se a estudar teoricamente os temas do capital humano, do capital social e do capital familiar, procurando estabelecer conexões e elucidar fatores da realidade pouco considerados quando órgãos da administração pública e organismos do terceiro setor elaboram projetos de combate à pobreza e à exclusão social.

Além do que economistas e sociólogos denominam de capital humano e capital social, se impôs à atenção dos estudiosos a relevância das relações familiares na constituição de recursos diferenciados que, na esteira de Donati (2003) e Prandini (2003), foram identificados como capital familiar. A conjugalidade, a paternidade, a maternidade a fraternidade indicam relações que se diferenciam da relação de amizade, da relação comercial, da relação de intimidade ocasional, por isso, foram denominados de *capital social familiar* os bens que essas relações podem gerar.

Os estudos sobre capital humano investigam, via de regra, os fatores materiais, imateriais e mecanismos formativos capazes de ativar em trabalhadores atitudes de criatividade, capacidade de inovação e produtividade. As pesquisas sobre capital social enfatizam os vínculos que potencializam e/ou servem de corrente de transmissão de conhecimentos e capacidades que aumentam as possibilidades de atuação de indivíduos ou grupos. O capital social familiar identifica os bens relacionais que são próprios e, em certo sentido, exclusivos da família, no sentido que as relações familiares se diferenciam em suas especificidades de qualquer outro tipo de relação.

Neste artigo procura-se discutir como estes conceitos ajudam a compreender porque, em condições semelhantes de pobreza, algumas pessoas conseguem elaborar um projeto de vida, identificando passos concretos de crescimento pessoal e familiar, enquanto outras se estabilizam em estratégias de sobrevivência, preocupadas em resolver problemas imediatos. Assim, em algumas famílias é possível encontrar uma decisão, mais ou menos explícita e partilhada pelos diversos membros, que visa melhorar a moradia, os cuidados com a saúde, a educação e a formação profissional pelo menos de algum membro.

No outro pólo, as estratégias de sobrevivência se configuram como desinteresse com a situação da moradia, como despreocupação com a saúde e a escola das novas gerações e é considerada inviável qualquer perspectiva de trabalho e de formação profissional. A inserção de adolescentes e jovens em atividades em conflito com a lei e de altíssimo risco situa-se também nas estratégias de sobrevivência, por não ter em seu horizonte o empenho para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos constitutivos da consciência cidadã.

## 2. Capital humano

O que foi chamado de revolução do *capital humano* começou ainda na metade do século passado com os estudos pioneiros de Ted Schultz, Jacob Mincer, Milton Friedman, Gary Becker e diversos outros autores associados à universidade de Chicago.

O conceito de capital humano é antigo e foi exposto, ainda que não formalmente, por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, de 1776. Smith (1776/1996) já colocava a diferença entre as qualificações pessoais como a primeira causa dos diferenciais de rendimento entre os indivíduos. Apesar disso, a definição de capital continuou a ser usada primordialmente em referência aos ativos físicos que poderiam ser adquiridos para utilização na produção. Posteriormente, Irving Fisher expandiu a definição de capital, definindo-o como qualquer investimento que dá origem a um fluxo de renda (Fisher, 1930/1988). Só em 1958, no artigo pioneiro de Jacob Mincer (1958), *Investment in Human Capital and Personal Income Distribution*, e posteriormente



seguido pelo tratamento rigoroso de Gary Becker (1964/1993) apresentado no seu livro *Human Capital*, de 1964, é que o termo ganhou sua definição atual.

Segundo Mincer (1993), os termos habilidade, qualidade do trabalho e capital humano expressam a mesma idéia, a de que capacidade de trabalho humano acumulado se qualifica como um bem de capital da mesma maneira que o capital físico, mesmo que ele não possa ser comprado e vendido (podendo ser, porém, alugado).

Becker (1964/1993) está totalmente de acordo com o conceito tradicional de capital humano ao dizer que gastos em educação, treinamento, cuidados médicos, etc. são investimentos em capital. Todavia, ele esclarece a diferença específica desse conceito quando afirma que:

Entretanto, eles produzem capital humano, não físico ou financeiro, porque você não pode separar a pessoa do seu conhecimento, habilidades, saúde ou valores da maneira como é possível mover bens financeiros e físicos enquanto seus donos permanecem onde estão (Becker, 1964/1993, p.16).

A chamada revolução do capital humano logo se tornou tema de importantes debates em quase todas as áreas da economia e das ciências sociais: desde a busca da justa remuneração dos trabalhadores de elevada qualificação, que contribuem com inovações tecnológicas até o combate à pobreza e ao estudo do papel da família na sociedade atual. Pesquisas sobre capital humano geralmente se dedicam a investigar o custo para formar ou incrementar a capacidade de produzir inovações científicas e técnicas, de gerenciar empresas. A finalidade é estar na disputa de mercado com chances de aumentar lucros e ser bem sucedidos diante da concorrência. Estuda-se, também a possibilidade de medir o capital humano e o seu custo para oferecer uma remuneração adequada. Por outro lado, interessa a outros investigadores compreender quais os fatores que efetivamente incrementam o capital humano. Nesse sentido, apesar de entender-se que o crescimento do capital humano não depende exclusivamente da educação formal, mas de diversos fatores externos (famílias, circunstâncias, encontros, etc.), muitos estudos investigam os nexos entre capital humano e educação (Cacciamali & Freitas, 1992).

Foram realizados estudos estatísticos que avaliam a percentual de aumento nos ganhos mensais de um trabalhador por cada ano a mais de estudo, depois do ciclo primário. Também foi descoberta uma correlação entre patamares de conhecimentos de matemática e níveis salariais. Estas tendências se fortaleceram com a evidência de que a riqueza das nações não depende de recursos naturais ou do trabalho em atividades primárias, mas da formação de pessoas de grande qualificação, capazes de inovar, incrementar a produção e os lucros. Dessa maneira, em geral, a expressão "capital humano" está associada a estudos que formam intelectuais capacitados para inovar e produzir ou administrar novas tecnologias (Becker, 1964/1993).

No contexto da preocupação dos economistas com relação à educação como um processo de investimento na força do trabalho, a análise do capital humano assume que escolaridade aumenta os ganhos e a produtividade basicamente por prover conhecimento, habilidades e uma melhor maneira de analisar os problemas. Obviamente, aprendizado e treinamento também ocorrem fora das escolas, especialmente nos empregos. Treinamento no trabalho é uma importante fonte do grande aumento nos ganhos dos trabalhadores à medida que eles adquirem mais experiência no trabalho.

Nesse sentido, Mincer (1993) diz que é importante enfatizar que a educação escolar não é um método exclusivo ou totalmente suficiente no treinamento dos trabalhadores:

Graduação em algum nível de escolaridade não significa a conclusão de um processo de treinamento. É, normalmente, o fim de um estágio mais geral e preparatório e o começo de um processo mais especializado e frequentemente mais longo de aquisição de habilidade ocupacional após a entrada na força de trabalho (Mincer, 1993, p. 101).



Este segundo estágio, treinamento no trabalho, vai desde programas formais até processos mais informais de aprendizado pela experiência. Assim essas duas formas de aquisição de conhecimento não são apenas uma seqüência de estágios, mas alternativas. O grau de substituição alternativa entre as duas formas varia de acordo com os empregos e, ao longo do tempo, com as mudanças tecnológicas. O treinamento no trabalho tem como característica aumentar a produtividade marginal futura dos trabalhadores, criando assim uma conexão entre os rendimentos e gastos presentes e futuros.

Nesse sentido, Becker (1964/1993) estabelece uma diferença entre treinamento geral e específico que irá propiciar uma análise mais acurada da teoria do capital humano sobre a questão do treinamento no trabalho. Na sua forma geral, o treinamento recebido pelo empregado é útil em diversas empresas, aumentando a produtividade do trabalhador tanto para a empresa atual como para as demais. Assim, considerando um mercado plenamente competitivo (com salário igual à produtividade marginal), as empresas só promoveriam treinamento geral caso não tivessem que pagar por ele, pois, de outra forma, não teriam como recuperar o investimento feito, uma vez que os salários pagos não poderão ficar abaixo do oferecido no mercado. Como exemplo de treinamento geral, podemos citar um curso de aperfeiçoamento de leitura ou o internato de um médico que, após sair do hospital, pode aplicar o conhecimento adquirido em qualquer outro estabelecimento de saúde.

Já o treinamento específico é caracterizado por aumentar a produtividade do trabalhador mais na mesma empresa que o está provendo do que nas demais. Na sua forma mais radical, pode ser definido como o treinamento que não produz qualquer ganho de produtividade desses trabalhadores em outras empresas. Aqui, pelo menos parte dos custos de treinamento é assumida pela empresa, pois esta, depois do treinamento pode pagar um salário inferior à produtividade do trabalhador e não correr o risco de perdê-lo para outras empresas. O treinamento de operadores industriais muito especializados é um clássico exemplo desse tipo de realidade.

O conceito de capital humano, entretanto, não permaneceu apenas nas análises estritas de economia e encontrou suporte também em outras áreas do conhecimento que, se de um lado concordavam com parte das análises daí derivadas, sentiam a necessidade de aprofundar o seu conceito para incorporar realidades menos mensuráveis, mas nem por isso menos importantes para o desenvolvimento humano integral.

Em particular, a compreensão específica da economia de capital humano como investimento pessoal sofreu críticas, pois caso se concordasse que ele compreende todas as características de uma pessoa que possam produzir um fluxo de retornos, então a hipótese de que capital humano é resultado de investimento racional está longe de ser aceitável (Lima, 1980). Além disso, diversos estudos acabaram por demonstrar que, de um lado, a relação entre instrução e ocupação não é tão forte quanto se pensava e, de outro, que o estudo formal vem perdendo sua hegemonia no mundo ocidental em favor de um saber mais difuso, mediado pelo computador e outras formas de comunicação (Fondazione per la sussdiarietà, 2008).

Nos recentes estudos a respeito do tema vem se afirmando um conceito de capital humano mais amplo e menos ligado ao binômio escolaridade-crescimento econômico (Becker, 1996). Ao conhecimento adquirido e à capacidade de execução de tarefas, junta-se a capacidade de ser e de viver em conjunto, ou seja, um conceito de capital humano ligado ao crescimento da personalidade na sua totalidade, de forma a que a pessoa se torne protagonista da própria vida.

O capital humano é constituído, então, pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, que favorecem sua inserção qualificada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, podemos compreender como "capital humano" o conjunto de conhecimentos e de competências, adquiridos ao longo da vida, na educação formal e em outros ambientes, que permitem a uma pessoa superar adversidades (resiliência).



Podem assim ser superadas circunstâncias que muitas vezes estão na origem de estratégias de sobrevivência (auto-abandono, alcoolismo, delinquência e outras formas de renúncia a perseguir um ideal de vida positivo para si e para a família, um ideal capaz de proporcionar integração social), podendo ser assumida a elaboração de um projeto de vida.

O problema crucial de uma economia e de uma sociedade é o incremento deste fator que não pode ser reconduzido a recursos materiais disponíveis e nem à reorganização dos recursos existentes, antes consiste na capacidade de incrementar a genialidade criativa do homem (Vittadini, 2004, p. 11).

No mesmo texto, do qual Vittadini é organizador, explica-se que o capital humano de uma pessoa não pode ser reduzido a um incremento de sua capacidade de trabalho, mensurável em termos de aumento da renda e de riqueza. Trata-se, antes de tudo, do desejo de verdade, de beleza, de justiça, permeado por concepções ideais que concentrem as atenções na pessoa e no seu desenvolvimento integral.

É necessário investigar as relações familiares, as brincadeiras, a participação em grupos mais ou menos organizados (canto, dança, futebol, capoeira, pesca, etc.); as relações com colegas da mesma idade, as relações com adultos, na tentativa de identificar fatores que jogam a favor das estratégias de sobrevivência e fatores que favorecem projetos de vida.

Este alargamento do conceito de capital humano acabou por evidenciar a sua importância também para a produção do chamado capital social (Coleman, 1988), pois se verificou que o investimento em capital humano pode ter um forte impacto sobre a saúde pública, no nível de criminalidade e na coesão social, tornando o próprio capital humano um substrato imprescindível das relações interpessoais.

### 3. Capital social

Intimamente ligado ao conceito de capital humano, está o de *capital social*. Entendido, inicialmente, como as características da estrutura social que facilitavam a ação de pessoas, empresas ou grupos, é redescoberto em época recente como patrimônio e recurso cultural que sustenta as relações de confiança, de cooperação e de reciprocidade entre as pessoas, evitando a desumanização da vida social. Logo se tornou base para estudos sobre família, educação, vida comunitária, ação coletiva e desenvolvimento econômico.

Historicamente, a investigação acerca desse tema iniciou-se com os estudos de Lyda Hanifan (1916) que na segunda década do século passado escreveu o artigo *The rural school community Center*. Ela fala de capital social como dos bens intangíveis que são mais valorizados por cada pessoa na vida cotidiana tais como a boa vontade, a competência e a organização, a solidariedade e os relacionamentos sociais entre indivíduo e famílias que compõem uma unidade social. Logo em seguida, Marshall (1919/1996) escreveu sobre os distritos industriais (um fenômeno vinculado às economias de aglomeração, associado à proximidade física das empresas, operando em atividades correlacionadas, fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços). Mais tarde, a urbanista Jane Jacobs (1961), no clássico *The death and life of great American cities*, analisando a função de ruas, praças e parques como espaço público de contato e interação social, segurança e senso de comunidade, compreende as redes sociais como um capital social insubstituível para promover a vida das cidades, para tornar a localidade viva, vibrante, efervescente, em desenvolvimento. Em seguida, o conceito passou pelo exame das formas não contratuais de negócios em Macaulay (1963), sendo definitivamente utilizado por diversos autores nas ciências sociais a partir da década de 1980.

O capital social pode ser entendido como a soma dos recursos, reais ou virtuais, que estão disponíveis para o indivíduo ou um grupo graças a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de mútuo pertencimento e reconhecimento (Bourdieu &



Wacquant, 1992). Noutra perspectiva, o capital social pode ser considerado como fruto de uma série de diferentes entidades com duas características comuns: (1) todas consistem em algum aspecto da estrutura social e (2) facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro delas (Coleman, 1990).

Nessa perspectiva, as fontes de capital social residem tanto nas estruturas formais de ligação que compõem a rede de relacionamentos na qual uma pessoa está inserida, como também no tipo (relacionamentos de trabalho, amizade, etc.) e no conteúdo desses laços (normas e crenças compartilhadas). Aqui, importantes elos de ligação entre capital humano e social se evidenciam, pois sem uma adequada *dotação* de capital humano, a utilização dos recursos sociais se torna precária, uma vez que o capital social é contextual, constitutivo ou complementar, a depender das habilidades presentes (Adler & Kwon, 1999). Comentando sobre essa complementaridade, Coleman (1988) observa também que se o capital humano não for complementado pelo capital social ele não se torna produtivo.

Diversos são os benefícios advindos de uma vasta proporção de capital social presente em uma comunidade. Sinteticamente, pode-se identificar: (1) o acesso à informação que uma pessoa ganha à medida que são desenvolvidas determinadas relações, que ajudam na busca por emprego, oferecem oportunidades, proporcionam mobilidade social; (2) a capacidade de influenciar os rumos de ações coletivas. Dessa maneira, a pessoa torna-se ator importante no contexto em que se encontra; (3) a partilha de laços de solidariedade e senso comum; (4) a maior capacidade de organização e mobilização comum visando melhorias de bem-estar geral.

A despeito de sua importância, é necessário também atentar para certos riscos que um significativo aumento do capital social pode trazer para um grupo ou para a sociedade como um todo. É possível destacar: (1) perda da liberdade individual devido a fortes laços de obrigação mútua; (2) diminuição da criatividade e inovação pessoal; (3) distanciamento do grupo em relação ao resto da sociedade devido ao excesso de identificação local e restrições do fluxo de informação e recursos vindos de outras fontes; (4) defesa de objetivos que vão de encontro aos interesses mais gerais da sociedade.

É necessário observar que, como destaca Adler e Kwon (1999), todos os benefícios e riscos apresentados pelo capital social são percebidos, e em grande medida moldados, pela valoração que recebem. O valor de uma dada forma de capital social depende – além das habilidades complementares dos atores e seus contatos – em grande medida – do contexto e das demandas simbólicas e práticas em questão. A adequação entre as características da rede social e dos objetivos do ator desempenham um papel decisivo na percepção e utilização dos recursos disponíveis, sendo tanto mais eficientes quanto mais houver uma complementaridade e congruência entre esses fatores.

Pesquisadores da CEPAL realizaram em 2001 uma conferência internacional em parceria com estudiosos da Universidade do Estado de Michigan e reuniram as contribuições no livro *“Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y Caribe: en busca de um nuevo paradigma”* (Atria & Siles, 2003).

As contribuições apresentam reflexões e aprofundamentos a respeito do conceito de capital social e relatam experiências que utilizaram o conceito de capital social para elaborar programas de redução da pobreza em países da América Latina e do Caribe. Os capítulos nascem de diferentes horizontes epistemológicos, mas problematizam o conceito de capital social, percebido como algo que pode facilitar o desenvolvimento, podendo, no entanto, também dificultá-lo, a depender do tipo de capital social presente em determinado território e do contexto social. Estabelecem conexões não somente com pobreza e com o desenvolvimento, com políticas públicas e inclusão social, mas também com corrupção e segurança, ampliando a compreensão dos desafios e dos obstáculos que devem ser enfrentados e das possibilidades de convergências e sinergias em vista do desenvolvimento.

Nesse horizonte, Jan Flora e Cornelia Butler Flora observam que o capital social pode desenvolver redes de relações abertas a estabelecer contatos com outros grupos no mesmo local ou grupos externos, lançando pontes (*bridging*) ou estabelecendo conexões



(*linking*) que proporcionam sinergias benéficas. Mas, às vezes, as redes de relações podem ser muito fortes no interior do grupo e marcadas por desconfiança com relação a grupos externos. Nesse caso, as pessoas envolvidas voltam-se para o interior do próprio grupo (*bonding*) a ponto de poder dificultar a abertura, a cooperação e a sinergia, quer no sentido horizontal, com grupos da mesma região, quer no sentido vertical, com órgãos da administração pública (Flora & Flora, 2003).

É curiosa a ausência do tema família nessa publicação da CEPAL, enquanto está presente um capítulo sobre capital social na dimensão de gênero, focalizando a pobreza feminina e a exclusão social a partir de uma perspectiva de gênero. Publicações de autores da CEPAL dos anos seguintes, no entanto, que procuram enfrentar os mesmos problemas da pobreza e da exclusão social, estão centradas sobre a família sem que o tema do capital social seja explicitamente posto em pauta.

Assim, em 2004, a CEPAL publicou "*Cambios de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces*" (Arriagada & Aranda, 2004), que reúne as contribuições apresentadas durante a reunião de peritos realizada em Santiago de Chile em outubro de 2004. Em 2005 foi publicado o livro "*Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales*" (Arriagada, 2005), fruto do encontro realizado em julho de 2005, sempre na sede da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), em Santiago Del Chile. E no ano seguinte, foi publicado "*El papel de la familia en la protección social en América Latina*" escrito pelo consultor da División de Desarrollo Social de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Sunkel, 2006).

No Brasil, o conceito de *capital social* é sempre mais utilizado, especialmente em pesquisas que tratam da pobreza e foi abordado, entre outros, por Marcelo Baquero (2008), num trabalho que relaciona democracia formal, cultura política e capital social. O autor observa que a coesão comunitária pode assegurar um desenvolvimento econômico e social lá onde a ação governamental não teve êxito, tornando possível um desenvolvimento social comunitário com reflexos positivos na vida dos envolvidos. Ele não considera a família como relevante na construção das redes que geram capital social, mas valoriza as organizações da sociedade civil, recordando que cerca de um milhão delas atua em diversas áreas da América Latina, catalisando o capital social que se encontra no território e, ao mesmo tempo, contribuindo para o seu crescimento. Ele trabalha com a hipótese que quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maior será a possibilidade de desenvolver virtudes cívicas (Baquero, 2008).

A interação entre ação governamental e redes que promovem capital social pode superar antigos limites, implementando políticas públicas que desencadeiam um processo de desenvolvimento e de inclusão. Mas existe também a possibilidade que o capital social seja encampado por agentes políticos com a oferta de práticas clientelistas. É interessante a proposta de Baquero de buscar a consolidação da democracia para além da dimensão formal. Para isso, indica a necessidade de relacionar a redução da pobreza e da desigualdade social com a demanda de consolidação da democracia (Baquero, 2008).

#### 4. Capital social familiar

De início, os estudiosos de capital social não dedicaram muita atenção à família que, especialmente nos anos 1980 era considerada de modo ambivalente, de um lado relevante para a constituição da assim chamada socialização primária e, de outro, considerada não funcional às exigências das sociedades moderna (Beck, 2006) (2). Mas é impossível não considerar a importância da família para a aquisição, por parte das novas gerações, de aptidões e hábitos positivos ou negativos que possibilitam ou dificultem seu crescimento. O prêmio Nobel de Economia, Becker (1996) afirma:

De onde vem o capital humano? (...) Deve-se partir da família. Ela é o fundamento de uma boa sociedade e de sucesso econômico. As famílias são diferentes ao longo do tempo, mas elas são ainda muito importantes para a moderna economia. Para compreender o capital



humano, deve-se voltar para a família porque são as famílias que cuidam de suas crianças e procuram, com todos os recursos de que dispõem, promover a educação e os valores de suas crianças. As famílias são os maiores promotores de valores em qualquer sociedade livre e até em sociedades não tão livres (p. 21).

Recentemente, alguns autores destacaram a importância da família na conceituação e na construção do capital social, através de suas pesquisas (Cordaz & Salvini, 2004; Cox, 1995; Donati, 2003; Guizzardi, 2006; Prandini, 2003; Stanzani, 2003; Stranges, 2008). A família passa a ser considerado um capital social precioso para a sociedade, porque nas relações que a constituem são gerados bens fundamentais que Donati (2003) chama de "relacionais", entre os quais se destacam: confiança, reciprocidade, amor, proteção. Eles são significativos para a pessoa e relevantes também para a convivência social. Através da família a pessoa constrói sua orientação pro - social.

A família constitui um modo de orientação entre os seus membros, baseado no dom e na reciprocidade, que gera afabilidade, confiança e amizade ao longo do tempo e, por conseguinte, uma memória viva que contribui para constituir a identidade da pessoa. A orientação recíproca das relações familiares baseadas no dom, na gratuidade e na reciprocidade afetiva, se institucionaliza e condensa expectativas recíprocas, de tal modo que cada membro pode orientar suas ações ao bem e à harmonia com os outros.

O tema do dom foi introduzido nas ciências sociais pelo clássico estudo de Marcel Mauss (1923-4/2001) publicado nos anos 1923/24 em *L'Année Sociologique*. A dádiva emerge na obra de Mauss como uma categoria sintética que agrega uma multiplicidade de significados simbólicos que estão além da utilidade que possa ser calculada. Na troca dadivosa, mais importante que o objeto doado é o vínculo que o dom cria e que liga de maneira profunda os donatários e os doadores, suas famílias, seus clãs, suas tribos. As pessoas que trocam dons contraem vínculos, não somente por causa da obrigação de retribuir o doador com outro dom. Passa a existir um nexo entre a pessoa que doa e a que recebe o dom. Configura-se uma aliança de vida, um pacto de amizade, confirmado e consolidado sistematicamente através dos dons, aceitos e retribuídos. A ligação construída através dos dons de objetos, na realidade, é uma ligação de almas, porque a própria coisa tem uma alma, afirma Mauss. As tribos se obrigam mutuamente,

O que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais, amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras cujo mercado não é senão um dos momentos, em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato mais geral e muito mais permanente (Mauss, 1923-4/2001, p. 55).

As trocas dadivosas observadas por Mauss constituem fatos totais não somente porque mobilizam os mais diversos setores da sociedade, mas porque englobam uma multiplicidade de aspectos sociais, de tal maneira entrelaçados, que um remete ao outro e o exige para uma compreensão mais abrangente. "Todos estes fenômenos são, a um tempo, jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos, etc." (Mauss, 1923-4/2001, p. 191). Nesse sentido, o dom estabelece relações que se dirigem à totalidade das pessoas envolvidas, diferentemente das relações mercantis que sempre se referem a interesses específicos, a aspectos particulares. Além disso, no caso das trocas mercantis, a relação se esgota quando a mercadoria é entregue e o preço é pago, ao passo que quando um dom é oferecido e recebido, estabelece-se uma relação que é destinada a prolongar-se no tempo.

O tema da dádiva teve muitos comentadores que não cabe aqui relatar. Basta recordar Godbout (1999), pela relação que ele explicita entre dádiva e relações familiares. Ele





pondera que “a família é o lugar básico para a dádiva em qualquer sociedade, o lugar onde ela é vivida com maior intensidade, o lugar onde se faz o aprendizado dela.” (Godbout, 1999, pp. 40-1). Este autor, falando dos bens associados às relações dadivosas não usa a expressão “capital social ou familiar”, mas é bastante clara a referência a esta realidade.

Antes mesmo de poder ocupar funções econômicas, políticas ou administrativas, os seres humanos devem ter sido construídos como pessoas, (...) não como soma mais ou menos heterogênea de papéis ou de funções particulares, mas como unidades autônomas (Godbout, 1999, p. 24).

O capital familiar é constituído de bens relacionais gerados em modo não competitivo entre os familiares. Nas relações familiares de plena reciprocidade e de cooperação entre os sexos e entre as gerações cria-se o ambiente micro-social necessário para a geração e o aprendizado de recursos emotivos, cognitivos, normativos e valorativos que estão na base da construção de vínculos sociais (Prandini, 2003).

O *capital social familiar* tem uma dimensão interna às relações familiares, como recurso que beneficia diretamente os membros da família e tem uma dimensão social, na medida em que os recursos apropriados pelas pessoas são, ao mesmo tempo relevantes para o bom desenvolvimento da convivência em sociedade. Trata-se de uma propriedade da relação e não dos indivíduos. A família é o lugar onde o capital social familiar é gerado para seus membros e para a sociedade, por criar vínculos intersubjetivos e sociais. No entanto, este capital depende de como a família está organizada e da qualidade de relações que são vividas. Nesse sentido, pode-se gerar mais ou menos capital, de acordo com suas características estruturais, podendo-se observar diferenças significativas nas famílias conjugais, nas parentais, nos vínculos temporários e nas diversas etapas do ciclo da vida familiar. As relações familiares podem também apresentar um déficit de bens relacionais e, nos casos de violência intra-familiar e de outros problemas, podem originar um capital social negativo.

O tempo é uma variável que influencia a geração e a forma do capital social familiar. Devem ser observados o contexto histórico cultural e o tempo do ciclo familiar juntamente com as interações entre seus membros, além de eventos especiais que porventura tenham ocorrido. A temporalização do capital social familiar é fundamental para evitar considerar esse conjunto de recursos como um estoque fixo de bens, sem dar-se conta que ele se modifica com o passar do tempo e com a variação de outras circunstâncias.

A compreensão do capital social familiar abre caminho para políticas públicas de tipo subsidiário que apresentem de modo explícito a finalidade de sustentar as relações familiares, quando que fragilizadas ou em situação de risco, para que as famílias sejam ajudadas a realizar suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos.

## **5. Capital humano, capital social e capital familiar e políticas públicas no combate à pobreza**

É difícil pensar uma ação eficaz de combate à pobreza sem que o Estado adote uma política econômica caracterizada por expressivo investimento produtivo, acompanhado de políticas públicas e mecanismos de redistribuição de renda que promova a criação de uma educação de qualidade, formação profissional e novas vagas de trabalho.

Ao mesmo tempo, é necessário que os pobres se envolvam de fato com os dinamismos positivos da economia, para integrar-se ao mercado de trabalho e beneficiar-se das circunstâncias favoráveis. Para que aconteça o encontro entre os dinamismos macroeconômicos e as decisões pessoais é necessário mobilizar todos os recursos disponíveis, inclusive o capital humano e o capital social e familiar.

As observações feitas durante a realização da pesquisa Combate à pobreza e às desigualdades sociais: rotas de inclusão, desenvolvida no âmbito das atividades do grupo de pesquisa “Família em mudança”, revelam que podem ser decisivos o ambiente da



família e a participação de associações que acompanham e estimulam as pessoas em condição de pobreza a disporem da qualificação adequada e da motivação para crescer. É verdade que seriam necessárias outras investigações para aferir de maneira mais rigorosa e, se possível, medir a participação do capital social familiar no combate à pobreza. Todavia, o estudo realizado, ainda que não exaustivo, indica de forma inequívoca a importância das relações familiares para o desenvolvimento de projetos de vida capazes de enfrentar os desafios para vencer as condições de pobreza.

Para avançar na luta contra a pobreza, é indispensável que seja planejada a convergência entre fatores micro-sociais, pessoais e familiares e comunitários com políticas econômicas adequadas. Estado e mercado mobilizam dinâmicas macro-sociais relativas a investimentos produtivos e a políticas públicas de nível nacional, por exemplo, melhorando a qualidade da educação das escolas públicas, enquanto associações e organizações não governamentais convergem com políticas públicas de nível municipal para incrementar o capital social presente e atuante no território.

Relações familiares positivas podem ser decisivas para preparar as novas gerações, motivando-as para crescer e para aceitar os desafios de superar os limites restritos dos seus ambientes quotidianos, para que elas se disponham a enfrentar novos lugares de trabalho e, portanto, ambientes caracterizados por novas hierarquias. Dessa maneira, apesar das escassas oportunidades, podem dar início ao seu processo de inclusão social.

As relações familiares constituem recursos extraordinários para a pessoa e para a sociedade, quando geram capital social familiar. Por isso, a família não pode ser deixada de lado na elaboração de programas de combate à pobreza e à exclusão social. No entanto, as carências de oportunidades para continuar os estudos e para ingressar no mercado de trabalho, a precariedade de moradia e de rendimentos, o peso de relações familiares negativas tornam adversos os contextos de pobreza que podem ser percebidos como intransponíveis.

No contexto da cultura atual, muitas vezes, os vínculos e as relações familiares são frágeis e vulneráveis, devido a mudanças culturais que põem em questão o comportamento, os critérios de avaliação e os valores que orientam a conduta. Além disso, no quotidiano das novas gerações dos bairros pobres, estão presentes sedutoras oportunidades de rápido enriquecimento que, no entanto, apresentam alto risco, pela facilidade de envolvimento em atividades em conflito com a lei.

A convergência dessas circunstâncias aponta para a necessidade de políticas sócias que elaborem programas de intervenção voltados para sustentar a responsabilidade das famílias, de maneira que sejam capazes de dar conta de suas tarefas. O caráter subsidiário dessas políticas implica a necessidade de intervir para fortalecer os vínculos e tornar positivas as relações familiares, sem que órgãos públicos tomem o lugar delas. Dessa maneira, a família pode ser reconhecida como sujeito social.

Além disso, políticas sociais podem favorecer o acesso à casa própria, promovendo uma maior estabilidade da família, decisiva para que ela possa dar outros passos e cuidar do crescimento de seus membros. A casa popular para a família, o trabalho para a família, são iniciativas que podem ver empenhados órgãos da administração pública, o mercado, o privado social, em programas que integram esforços coordenados, dando a prioridade a pessoas que são responsáveis pela manutenção de família e pela educação dos filhos.

A diminuição dos índices de violência depende em parte da ação inteligente dos órgãos da segurança pública, mas principalmente depende de investimentos sociais que possibilitem a reorganização da esperança de que o empenho para crescer, mesmo com disciplina e sacrifícios, vale a pena porque é efetivamente possível dedicar-se a um projeto de vida e conseguir acesso a uma vida digna, feita de trabalho e de afetos familiares positivamente orientados.

## 6. Considerações finais

O combate à pobreza e à exclusão social tornou-se uma prioridade nas políticas públicas recentes, no discurso oficial e nas políticas públicas elaboradas pelo Governo e em setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira, de tal maneira que tudo indica que



difícilmente um Governo, no futuro, poderá deixar de dedicar atenções e recursos significativos ao tema. Nessa perspectiva, é posto de lado o individualismo metodológico que dominou durante muitos anos as políticas públicas no Brasil e no mundo. Começa a ser superada a mentalidade que enxergava somente indivíduos: o trabalhador, o desempregado, a criança, a mulher, o negro, o adolescente, o idoso, como se eles existissem fora de uma concreta rede de relações familiares e sociais.

O verdadeiro desafio, no entanto, será encontrar metodologias de ação que favoreçam o desenvolvimento sustentável de amplos setores de pobres. Nesse sentido, é urgente superar medidas de redistribuição de renda que não contemplem a implementação de ações educativas e de formação profissional. É necessário que o benefício recebido seja plenamente funcional ao crescimento dos beneficiários em direção à autonomia, à inserção no mercado de trabalho e à auto-estima.

Estes objetivos serão mais facilmente alcançados identificando pontos de convergência entre ampliação do investimento produtivo que tem em vista o aumento da oferta de vagas de trabalho e políticas públicas que valorizem e aprimorem o capital humano, o capital social e o capital familiar.

Aprimorar o capital humano implica promover uma ampla reforma do sistema da educação pública, melhorando a qualidade do ensino fundamental e médio, para que os alunos possam adquirir as aptidões e habilidades necessárias requeridas pelo mercado de trabalho, de tal maneira que possam elaborar um projeto razoável de crescimento pessoal.

Aumentar o capital social significa valorizar e fortalecer todas as associações e grupos presentes no território que realizam atividades em sinergia com outros agentes do desenvolvimento, convocando-os para que participem do projeto nacional de combate à pobreza.

Incrementar o capital familiar significa valorizar e fortalecer a família, favorecendo o acesso à casa própria e integrando as medidas que já estão sendo realizadas pelo Programa de Saúde da Família, com outras medidas de prevenção. Profissionais podem acompanhar, junto com os pais, adolescentes em seu percurso escolar, facilitando o acesso a reforço escolar, promovendo sua integração em atividades formativas, esportivas, artísticas e recreativas promovidas pelas associações e grupos da própria comunidade.

Para envolver famílias e associações nesse projeto, é importante usar o método da subsidiariedade que valoriza, respeita e fortalece os "agentes do desenvolvimento" presentes no território, atribuindo a eles a responsabilidade das ações que podem empreender para despertar dinamismos positivos de integração, crescimento, auto-estima, orientação, formação, entre outras.

As famílias das classes populares, mesmo em sua vulnerabilidade, constituem um insubstituível lugar de socialização, pois elas introduzem as novas gerações na compreensão e interação com toda a realidade. De fato, na família a pessoa faz, na maior parte das vezes, a experiência realística e benéfica de uma dependência que o gera, de uma pertença que lhe possibilita tornar-se protagonista. Ela é constituída de relações que nascem da intimidade, mas que estendem sua influência direta ou indireta à convivência social. Nesse sentido, é impossível estudar a pobreza sem levar em consideração a qualidade das relações familiares.

Elas configuram o ambiente no qual a pobreza é encontrada e vivida e, possivelmente, enfrentada. As relações familiares favorecem o desenvolvimento da identidade pessoal, o rosto com o qual cada um participa dos diferentes ambientes que quotidianamente frequenta, tornando-se evidente a relevância da família nas diversas esferas não familiares. As relações que em tal modo constituem a pessoa lhe permitem encontrar o ponto de contato entre a objetividade da realidade dada e a intencionalidade da sua consciência.



## Referências

- Adler, P. S. & Kwon, S. (1999). Social capital: the good, the bad, and the ugly. *Knowledge and social capital: foundations and applications*, 89-115. Retirado em 15/06/2007, de World Wide Web: <http://www.worldbank.org>.
- Arriagada, I. & Aranda, V. (Orgs.). (2004). *Cambio de las familias em el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces*. Santiago de Chile: UNFPA-CEPAL.
- Arriagada, I. (2005). *Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales*. Santiago de Chile: UNFPA-CEPAL.
- Atria, R. & Siles, M. (Orgs.). (2003). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL e Michigan Strate University.
- Baquero, M. (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, 14 (2), 380-413.
- Beck, U. (2006). *La società del rischio* (W. Privitera & C. Sandrelli, Trad.). Roma: Carocci.
- Becker, G. (1993). *Human capital: a theoretical and empirical analysis* (3ª ed.). Chicago: University of Chicago Press. (Original publicado em 1964).
- Becker, G. (1996). Human capital and poverty. *Família et Vita*, 1 (2), 19-25.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cacciamali, M. & Freitas, P. (1992). Do capital humano ao salário eficiência: uma aplicação para analisar os diferenciais de salários em cinco ramos manufatureiros da grande São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 22 (2), 343-368.
- Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, 95-120.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cordaz, D. & Salvini, A. (2004). *Capitale sociale, reti e disagio sociale: materiali empirici da un'esperienza di ricerca*. Pisa, Italia: Università di Pisa.
- Cox, E. (1995). *Truly civil society*. Sidney: ABC Books.
- Donati, P. (2003). La famiglia come capitale sociale primário. Em P. Donati. *Famiglia e capitale sociale nella società italiana* (pp. 31-101). Cinisello Balsamo, Italia: San Paolo.
- Fisher, I. (1988). *A teoria do juro: determinada pela impaciência por gastar renda e pela oportunidade de investi-la* (3ª ed.). (W. N. C. Brant, R. Rodrigues & A. M. B. Iversson, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1930).
- Flora, J. & Flora, C. B. (2003). Desarrollo comunitário en las zonas rurales de los Andes. Em R. Atria & M. Siles (Orgs.). *Capital social y reducción de la pobreza en América*



- Latina y el Caribe* (pp. 555-578). Santiago de Chile: CEPAL; Michigan State University.
- Fondazione per la sussidiarietà. (2008). *Lo sviluppo ha un volto: riflessioni su un'esperienza*. Milano: Guerrini e Associati.
- Godbout, J. (1999) *O espírito da dádiva* (P. C. F. X. Wuillaume, Trad.). Rio de Janeiro: FGV. (Original publicado em 1992).
- Guizzardi, L. (2006). Capitale sociale e volontariato dei giovani adulti: una ricerca. Em P. Donati & I. Colozzi. (Orgs.). *Il paradigma relazionale nelle scienze sociali: le prospettive sociologiche* (143-159). Bologna, Italia: Il Mulino.
- Hanifan, L. (1916). The rural school community center. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 67, 130-138.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great american cities*. New York: Random House.
- Lima, R. (1980). Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (1), 217-272.
- Macaulay, S. (1963). Non-contractual relations in business: a preliminary study. *American Sociological Review*, 28, 53-67.
- Marshall, A. (1996). *Princípios de economia* (R. Almeida & O. Strauch, Trad.). (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1919).
- Mauss, M. (2001). *Ensaio sobre a dádiva* (A. F. Marques, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1923-4).
- Mincer, J. (1958). Investment in human capital and personal income distribution. *The Journal of Political Economy*, 66, 281-302.
- Mincer, J. (1993) *Studies in human capital* (Economists of the twentieth century, 1). Cambridge, MA: Edward Elgar.
- Petrini, J. (2009). Family and poverty: the inclusion routes. Em A. C. S. Bastos & E. P. Rabinovich. (Orgs.). *Living in poverty: development poetics of cultural realities* (pp. 425-440). Charlotte, NC: IAP.
- Prandini, R. (2003). Capitale sociale familiare e socialità: un'indagine sulla popolazione italiana. Em P. Donati. (Org.). *Famiglia e capitale sociale nella società italiana: ottavo rapporto sulla famiglia in Italia* (pp. 102-155) Cinisello Balsamo, Italia: San Paolo.
- Smith, A. (1996). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (L. J. Baraúna, Trad.). (Coleção Os Economistas, 1). São Paulo: Nova Fronteira. (Original publicado em 1776).
- Stanzani, S. (2003). *Percorsi di civilizzazione*. Rimini: Maggioli.
- Stranges, M. (2008). La lunga (e difficile) transizione allo stato adulto dei giovani italiani. *Sociologia e Politiche Sociali*, 9 (2), 16-30.



Sunkel, G. (2006). *El papel de la familia en la protercción social en América Latina*. Santiago del Chile: CEPAL

Vittadini, G. (Org.). (2004). *Capitale umano: la ricchezza dell'Europa*. Milano: Angelo Guerini e Associati.

### **Notas**

(1) O presente estudo é parte da pesquisa "Combate à pobreza e às desigualdades sociais: rotas de inclusão", desenvolvida no âmbito das atividades do grupo de pesquisa "Família em mudança", ligado ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da UCSal. Esse projeto foi financiado pelo órgão de fomento à pesquisa do Estado da Bahia, FAPESB – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia.

(2) Bem representa esta linha de pensamento o alemão Ulrich Bek (2006, p. 172) quando afirma: "Uma modernidade modelada no mercado e pensada até as últimas consequências implica uma sociedade sem famílias e filhos".

### **Nota sobre os autores**

*Giancarlo Petrini* é Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da UCSal. Contato: [jcpetrini@terra.com.br](mailto:jcpetrini@terra.com.br)

*Ricardo Fonseca* é Mestre em Economia pela UFBA. Contato: [ricardosampaiofonseca@yahoo.com.br](mailto:ricardosampaiofonseca@yahoo.com.br)

*Wladimir Porreca* é Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Contato: [pwwladimir@gmail.com](mailto:pwwladimir@gmail.com)

**Data de recebimento: 20/07/2010**  
**Data de aceite: 29/10/2010**